

**LEI MUNICIPAL Nº. 3.557, DE 28 DE MARÇO DE 2017.**

**“Institui o Programa Frente Emergencial de Trabalho denominado AÇÃO COMUNITÁRIA e dá outras providências.”**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONSTANTINA**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa Frente Emergencial de Trabalho denominado **“AÇÃO COMUNITÁRIA”**, destinado à qualificação profissional e a capacitação dos cidadãos do município de Constantina.

**§ 1º.** O Programa tem por objetivo o combate ao desemprego e incentivo à qualificação profissional e inclusão social e consistirá na capacitação e preparação de Frente de Trabalho com até 20 (vinte) trabalhadores desempregados, pontualmente selecionados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em termos a serem fixados posteriormente em edital de seleção pública.

**§ 2º.** O Programa de que trata o *caput* deste artigo será coordenado pela Secretaria Municipal da Assistência Social, com a finalidade de auxiliar na absorção de mão de obra desempregada, mediante treinamento teórico e prático dos munícipes interessados;

**§ 3º.** Do total de vagas previstas no § 1º, havendo interesse e funções compatíveis preferencialmente serão destinadas:

I – 5% (cinco) por cento das vagas para pessoas com necessidades especiais, desde que não inscritos na Previdência Social (INSS), observada a exigência de habilidade, aptidão e qualificação para exercer a atividade a ser exercida.

II - a regulamentação desta Lei deverá dispor sobre a proporcionalidade entre homens e mulheres para o preenchimento das vagas do Programa;

**§ 4º.** A inscrição do Programa de que trata esta Lei realizada através de Edital de Seleção Pública.

**Art. 2º.** Para operacionalização deste Programa, conceder-se-ão os seguintes benefícios e ações:

I - bolsa auxílio no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais;

II - curso de qualificação profissional em áreas a serem definidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de acordo com as demandas;

III - fornecimento de seguro de vida coletivo.

**Parágrafo Único.** Os interessados poderão usufruir destas ações pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses, mediante justificativa dos coordenadores do Programa, em uma única oportunidade.

**Art. 3º.** O recrutamento do pessoal será feito mediante Seleção Pública realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com edital de inscrição a ser divulgado nos meios de comunicação com o número de vagas distribuídas, distribuindo-se os interessados de acordo com os seguintes requisitos:

I – situação de desemprego, formal e informal;

II - responsabilidade familiar, considerando o maior número de seus dependentes;

III - estado civil, casado ou união estável;

IV - apenas 01 (um) beneficiário por núcleo familiar;

a) Para efeitos desta Lei, considera-se núcleo familiar, o núcleo doméstico de indivíduos que possuam laços de parentesco, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;

V - condições de moradia;

VI - a percepção de benefício decorrente de outro programa assistencial, que não supere  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do salário mínimo vigente, não impedirá a concessão do benefício de que trata o Programa ora instituído;

**§ 1º.** Caso ocorram inscrições acima do número de vagas, dar-se-á preferência de participação de acordo com os seguintes critérios:

I – frequência escolar dos filhos;

II – participação dos pais na comunidade escolar;

- III – maior encargo familiar;
- IV - mulher, arrimo de família;
- V - maior tempo de desemprego;
- V - maior idade.

**§ 2º.** As especificações dos critérios constantes do parágrafo anterior serão estabelecidas por ato da Secretaria Municipal de Assistência Social;

**Art. 4º.** Para a inscrição no Programa o interessado deverá preencher os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da inscrição;
- III – estar em situação de desemprego;
- IV - não esteja percebendo qualquer benefício previdenciário;
- V - não participe de outro programa assistencial equivalente ao que trata esta lei;
- VI - residir no município há pelo menos 02 (dois) anos;
- VII - estar quites com as obrigações militares, quando do sexo masculino;
- VIII - estar em gozo de seus direitos civis, políticos e eleitorais;
- IX - não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público;
- X - não ser aposentado nos termos do artigo 40, inciso I a III da Constituição Federal, e nem estar em idade para aposentadoria compulsória;
- XI - gozar de boa saúde física e mental e não ter deficiência incompatível com o exercício das atividades de capacitação.

**Parágrafo Único.** Após efetuada a inscrição, o registro do candidato ficará disponível para chamamento para participação no programa por até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

**Art. 5º.** A participação no programa implica por parte do beneficiário, em caráter eventual, a prestação de serviços de interesse da comunidade local ou de Órgãos Públicos Municipais, sem vínculo de subordinação direta.

**Parágrafo Único.** A jornada de atividade no programa será de 20 (vinte) horas semanais, sendo 16 (dezesesseis) horas de atividades profissionais práticas e 04 (quatro) horas para qualificação profissional e ou alfabetização.

I - a participação nos cursos é obrigatória, só sendo admitida ausência desde que comprovadamente justificada, limitada a 25% (vinte e cinco) por cento da carga horária total;

II - a 3ª (terceira) falta consecutiva, não justificativa, ensejará a exclusão do Programa.

**Art. 6º.** É vedada a designação do interessado para exercer as horas de capacitação prática em órgão municipal em que tenha parentes - ainda que por afinidade - até o 2º (segundo) grau, na condição de superior hierárquico.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 8º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se;  
Publique-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 28 de março de 2017.

**Adroaldo Araújo**  
Vice-Prefeito Municipal

**Gerri Sawaris**  
Prefeito Municipal

Publicado em **28 de março de 2017**, devendo permanecer afixado extrato de publicação no Mural de Publicações Oficiais no período de **28/03/2017 a 28/04/2017**.

**Adroaldo Araújo**  
Vice-Prefeito Municipal